

**Empresa Municipal de Informática S/A - IPLANRIO**  
**CNPJ nº 73.214.439/0001-90**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**  
**Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022**

**1. Contexto Operacional**

A Empresa Municipal de Informática S/A – IPLANRIO é uma empresa pública constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Município do Rio de Janeiro, criada pela Lei Municipal nº 1.562 de 22/09/1990, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, conforme Decreto Municipal Nº 48.340 de 01 de janeiro de 2021.

A missão institucional é prover soluções tecnológicas a fim de melhorar a vida na cidade do Rio de Janeiro, atuando fundamentalmente na descentralização administrativa dos serviços prestados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à população carioca.

A IPLANRIO recebe, regularmente, recursos financeiros para cumprir os compromissos assumidos na execução das atividades fins da entidade, provenientes das dotações orçamentárias do Orçamento Anual da PCRJ, se configurando como uma empresa estatal dependente, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

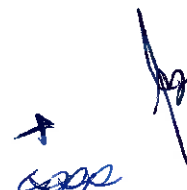
As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as orientações estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 e suas alterações; pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed., aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06 de 18/12/2018 e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018), que consolida os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e define normas contábeis aplicáveis ao Setor Público; Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's), emitidas pela STN; Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações inseridas no Sistema corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pela entidade, sendo de responsabilidade destes gestores as operações realizadas e registradas, bem como a ratificação das informações contidas na conferência das demonstrações.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.

**3. Principais Práticas Contábeis Adotadas**



Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

### **3.1. Receitas**

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

### **3.2. Despesas**

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

### **3.3. Restos a Pagar**

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

### **3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos próprios e recursos do Tesouro Municipal.

### **3.5. Créditos a Curto Prazo**

Destacam-se os valores relativos aos créditos orçamentários a receber da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para pagamento de custeio/investimento, reconhecidos simultaneamente as obrigações no Passivo da entidade.

Os valores a receber por serviços prestados são reconhecidos como créditos a receber (mensurados pelo valor original), sendo os com riscos de recebimentos, reconhecidos em contas de ajustes para perdas.

→ JMS  
GRR

### 3.6. Estoques

Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes.

### 3.7. Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. São atualizados por ajustes de depreciação e amortização.

### 3.8. Intangível

O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020 que dispõe sobre normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes.

### 3.9. Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela área jurídica da entidade de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

## 4 – Informações Complementares

### 4.1 – Balanço Orçamentário

#### Detalhamento das Despesas por Tipo de Crédito:

Dotação Inicial	Créditos Suplementares Abertos	Cancelamentos	Dotação Atualizada
R\$	R\$	R\$	R\$
147.044.557,00	61.323.109,50	32.620.811,19	175.746.855,31

#### Detalhamento da Execução da Receita e Despesa por Fonte:

As receitas geradoras de recursos financeiros da IPLANRIO constituem-se fundamentalmente pelas subvenções recebidas através das dotações orçamentárias da Prefeitura e pelas prestações de serviços de informática, tendo a seguinte composição em 31/12/2022:

Detalhamento	Fonte de Recursos	31/12/2022 R\$	%	31/12/2021 R\$	%
Faturamento Serviços	Própria	9.141.685,30	71,73	6.182.665,16	96,06
Aplicações Financeiras	Própria	479.812,97	3,77	72.390,79	1,12
Outras Receitas	Própria	362.727,23	2,85	180.867,02	2,81
Receita de Cessão Direito	Própria	2.759.770,00	21,66	-	0,00
<b>Total</b>		<b>12.743.995,50</b>	<b>100</b>	<b>6.435.922,97</b>	<b>100</b>

As principais despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 2022, de acordo com a sua fonte de custeio foram:

Detalhamento	Fonte de Recursos	Valor Empenhado		Valor Liquidado		Valor Pago	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos	Tesouro Municipal	76.629.093,61	55,29	74.924.512,51	60,46	73.919.910,83	61,24
Serviços de Tecnol. de Inform. e Comunicação	Tesouro Municipal	33.583.500,07	24,23	30.020.200,03	24,22	29.298.416,41	24,27
Serviços de Tecnol. de Inform. e Comunicação	Própria	5.128.342,45	3,70	2.554.328,41	2,06	2.029.165,61	1,68
Outros Serviços de Terceiros	Tesouro Municipal	3.430.746,03	2,48	3.077.638,56	2,48	3.024.061,25	2,51
Outros Serviços de Terceiros	Própria	3.835.327,40	2,77	3.564.897,87	2,88	3.496.595,21	2,90
Locação de Mão de Obra	Própria	325.443,12	0,23	211.653,36	0,17	209.462,84	0,17
Obrigações Tributárias e Contributivas	Própria	977.200,76	0,71	867.578,13	0,70	867.578,13	0,72
Outras	Tesouro Municipal	1.246.486,69	0,90	1.229.758,42	0,99	1.229.758,42	1,02
Equipamentos e Material Permanente	Tesouro Municipal	13.439.878,60	9,70	7.476.678,55	6,03	6.628.078,60	5,49
<b>Total</b>		<b>138.596.018,73</b>	<b>100</b>	<b>123.927.245,84</b>	<b>100</b>	<b>120.703.027,30</b>	<b>100</b>

#### 4.2 – Balanço Financeiro



#### 4.2.1 – Transferências Financeiras Recebidas

Os valores das Transferências Recebidas para a execução orçamentária são registrados no Balanço Financeiro na coluna ingressos, sendo provenientes da dependência financeira com o Tesouro Municipal, alcançando o valor de R\$ 118.311.403,89 em 31/12/2022.

#### 4.2.2 – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar em 31/12/2022 são demonstrados no Balanço Financeiro na coluna de ingressos, como recebimentos extra orçamentários, para fins de ajuste financeiro da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada, demonstrada na coluna de dispêndios. A composição por fonte de recursos dos valores inscritos no exercício está apresentada no quadro a seguir:

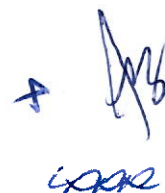
Detalhamento	Fonte de Recursos	RPN inscrito em 31/12/2022		RPP inscrito em 31/12/2022	
		R\$	%	R\$	%
Pessoal e Encargos Sociais	Tesouro Municipal	-	0,00	5.673.387,01	71,01
Serviços de Tecnol. de Inform. e Comunicação	Tesouro Municipal	93.214,89	73,32	1.736.778,41	21,74
Serviços de Tecnol. de Inform. e Comunicação	Multas de Trânsito	-	0,00	279.498,75	3,50
Serviços de Tecnol. de Inform. e Comunicação	Própria	30.861,55	24,28	129.221,09	1,62
Outros Serviços de Terceiros	Tesouro Municipal	-	0,00	989,66	0,01
Outros Serviços de Terceiros	Própria	1.702,38	1,34	81.713,54	1,02
Sentenças Judiciais	Tesouro Municipal	-	0,00	12.986,80	0,16
Benefícios Assistenciais do Servidor	Tesouro Municipal	-	0,00	53.833,75	0,67
Locação de Mão de Obra	Própria	-	0,00	20.335,73	0,25
Obrigações Tributárias e Contributivas	Própria	1.352,00	1,06	-	0,00
Material de Consumo	Própria	-	0,00	465,60	0,01
<b>Total</b>		<b>127.130,82</b>	<b>100</b>	<b>7.989.210,34</b>	<b>100</b>

#### 4.3 – Balanço Patrimonial

Neste capítulo são apresentados os detalhes dos principais grupos desta Demonstração.

##### 4.3.1 – Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de serviço e empréstimos, realizáveis até 31/12/2023, sendo apresentados da seguinte forma:



Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Prestação de Serviços - Intra	5.542.169,39	4.172.601,84
Empréstimos/Financiamentos Concedidos - Terceiros	303.215,95	288.396,96
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(919.960,61)	(919.960,61)
<b>Total</b>	<b>4.925.424,73</b>	<b>3.541.038,19</b>

No exercício de 2021 foram apresentados referentes as rubricas classificadas no PCASP no grupo 113 - Demais Créditos a Curto Prazo, passaram a ser demonstrados em linha específica, conforme definição constante do MCASP 9ª ed.

Houver alteração de apresentação entre grupos de contas nos exercícios comparados.

#### 4.3.2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os saldos registrados neste grupo referem-se aos demais créditos não recebidos até 31/12/2022, com expectativa de recebimento até 31/12/2023, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Adiantamentos Concedidos	88.903,61	942.096,14
Tributos a Recuperar	740,66	-
Tributos a Compensar	676.356,73	188.333,31
Depósitos e Cauções	436.244,21	2.188.848,45
Depósitos Judiciais - Ações Trabalhistas	1.529.997,80	1.408.422,95
Depósitos Judiciais - Ações Tributárias	337.729,68	337.729,68
Subvenções a Receber - Intra	14.430.999,63	13.684.288,76
Créditos de Transferências a Receber - Convênios Intra	153.921,20	153.921,20
Outros Créditos e Valores a Receber - Intra	153.921,20	153.921,20
Outros Créditos e Valores a Receber - Terceiros	14.159.934,31	12.096.665,08
<b>Total</b>	<b>31.968.749,03</b>	<b>31.154.226,77</b>

No exercício de 2021, o valor de R\$ 3.541.038,19 referente a "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" está apresentado na linha Créditos a Curto Prazo. Em 2022 os valores correspondentes a essa rubrica, passaram a ser apresentados em linha específica, conforme definição constante do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição.

#### 4.3.3 – Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, para utilização própria no curso normal das atividades.

↑ JMS  
GRR

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Almoxarifado	36.320,36	19.082,36
<b>Total</b>	<b>36.320,36</b>	<b>19.082,36</b>

#### 4.3.4 – Realizável a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de serviços e créditos tributários e com vencimento no longo prazo, ou seja, com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Depósitos e Cauções Prestadas	50.635,43	177.754,19
Tributos a Recuperar	386.514,19	248.274,47
Tributos a Compensar	61.798,40	46.934,57
Subvenções a Receber	2.087.470,08	2.485.236,36
<b>Total</b>	<b>2.586.418,10</b>	<b>2.958.199,59</b>

#### 4.3.5 – Investimentos

Os investimentos referem-se exclusivamente a participações societárias adquiridas das empresas Telecomunicações Brasileiras S.A – Telebrás e Telefônica Brasil S.A, que são avaliadas pelo método de custo, portanto sendo mantidas pelo seu valor histórico, apresentando o valor de R\$ 44.013,03 em 31/12/2021 e 31/12/2020.

#### 4.3.6 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, conforme quadro demonstrativo.

#### Bens Móveis

Detalhamento	Taxa Anual	Custo de aquisição	Depreciação	Valor Líquido Contábil	Valor Líquido Contábil
	Deprec. %	em 31/12/2022 R\$	em 31/12/2022 R\$	em 31/12/2022 R\$	em 31/12/2021 R\$
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	4.773.263,43	(4.554.381,90)	218.881,53	200.935,93
Equipamentos de Processamento de Dados	20	27.308.257,63	(14.291.631,70)	13.016.625,93	269.922,64
Mobiliário em Geral	10	1.449.108,02	(1.340.402,11)	108.705,91	209.265,64
Obras de Arte e Decoração	0	2.380,00	-	2.380,00	2.380,00
<b>Total Bens Móveis</b>		<b>33.533.009,08</b>	<b>(20.186.415,71)</b>	<b>13.346.593,37</b>	<b>682.504,21</b>

→   


### Bens Imóveis - Custo de Aquisição

Detalhamento	Taxa Anual Deprec	Custo de aquisição	Depreciação	Valor Líquido Contábil	Valor Líquido Contábil
	%	em 31/12/2022	em 31/12/2022	em 31/12/2022	em 31/12/2021
		R\$	R\$	R\$	R\$
Terrenos	-	2.086.041,31	-	2.086.041,31	2.086.041,31
Edificações	4	3.420.828,17	(3.420.828,17)	-	-
<b>Total Bens Imóveis</b>		<b>5.506.869,48</b>	<b>(3.420.828,17)</b>	<b>2.086.041,31</b>	<b>2.086.041,31</b>
<b>Imobilizado Total</b>				<b>15.432.634,68</b>	<b>2.768.545,52</b>

### 4.3.7 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Taxa Anual Amort.	Custo de aquisição	Amortização	Valor Líquido Contábil	Valor Líquido Contábil
	%	em 31/12/2022	em 31/12/2022	em 31/12/2022	em 31/12/2021
		R\$	R\$	R\$	R\$
Sistemas Aplicativos - Softwares	20	31.800.807,22	(8.953.909,62)	22.846.897,60	4.293.830,38
<b>Total</b>		<b>31.800.807,22</b>	<b>(8.953.909,62)</b>	<b>22.846.897,60</b>	<b>4.293.830,38</b>

### 4.3.8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2022	31/12/2021
	R\$	R\$
Pessoal a Pagar	8.144.788,25	8.431.087,12
Encargos Sociais	3.943.570,76	2.520.947,05
<b>Total</b>	<b>12.088.359,01</b>	<b>10.952.034,17</b>

↑  
LPP



#### 4.3.9 – Fornecedores e Contas a Pagar

Compreende as obrigações junto a fornecedores de mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes da prestação de serviços e todas as outras contas a pagar, inclusive decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo, sendo apresentados da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
Fornecedores e Contas a Pagar - Intra	46.766,92	24.318,34	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar - Terceiros	15.742.821,40	6.390.256,19	-	-
Renegociação de Dívidas com Fornecedores	36.297,70	-	-	-
Contas a Pagar - Parcelamento	272.753,86	282.242,02	1.821.377,29	2.540.178,25
Credores a Pagar sem Execução Orçamentária	58.950,14	58.950,14	-	-
<b>Total</b>	<b>16.157.590,02</b>	<b>6.755.766,69</b>	<b>1.821.377,29</b>	<b>2.540.178,25</b>

#### 4.3.10 – Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
Obrigações Fiscais - União	174.612,85	83.483,77
Obrigações Fiscais - Estados	3.558,37	6.465,00
Obrigações Fiscais - Intra	4.228,05	4.228,05
<b>Total</b>	<b>182.399,27</b>	<b>94.176,82</b>

#### 4.3.11 – Provisões

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, referentes as ações judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis, que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, e apresentam possibilidade de perdas, consideradas como provável de desembolsos de recursos, registrados com base nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica e, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Longo Prazo	
	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
Riscos Trabalhistas	3.255.151,75	3.205.151,75
Riscos Fiscais - INSS	44.880.000,00	4.641.139,23
Riscos Cíveis	3.378.864,65	2.990.386,24
<b>Total</b>	<b>51.514.016,40</b>	<b>10.836.677,22</b>

#### 4.3.12 – Demais Obrigações

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores, sendo apresentadas da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo	
	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
Consignações sobre Folha de Pagamento - Terceiros	2.583.820,47	2.950.424,10
Retenções Diversas - Intra	31.023,46	70.831,28
Retenções Diversas - Terceiras	205.294,56	65.544,02
Depósitos e Cauções	428.091,17	443.223,60
Receita a Apropriar - Terceiros	551.954,04	485.122,05
Convênios a Executar - Intra	285.429,13	284.998,56
<b>Total</b>	<b>4.085.612,83</b>	<b>4.300.143,61</b>

Os valores relativos a receita a apropriar referente ao período de janeiro a dezembro de 2023, referem-se ao montante ainda não apropriado com em receita (referente a curto prazo), dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta estão evidenciados no saldo deste grupo de contas. As parcelas a partir de janeiro 2024 serão reconhecidas no resultado em seus períodos de competência futura, estando o valor evidenciado no "Resultado Diferido"

#### 4.3.13 – Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

O saldo dessa conta está formado basicamente pelo montante ainda não apropriado em receita, dos valores recebidos provenientes do Contrato SMFP nº 104/2022 com o Banco Santander do Brasil S/A, para prestação de serviços de pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta, que serão reconhecidos no resultado em seus períodos de competência futura. Os valores referentes a curto prazo, encontram-se no grupo Demais Obrigações – Receita a Apropriar.

A  


Detalhamento	Objeto do Termo de Contrato	Parte contratada	Prazo total remanescente (meses)	Longo Prazo	
				31/12/2022	31/12/2021
				R\$	R\$
SMFP nº 104/2022	Pagamento das folhas salariais da Administração Direta e Indireta	Banco Santander do Brasil S/A	45 meses	2.069.827,65	0,00
<b>Total</b>				<b>2.069.827,65</b>	<b>0,00</b>

#### 4.3.14 – Patrimônio Líquido

##### Capital Social

O Capital Social é de R\$ 9.543.675,72, representado por 5.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

O único acionista é a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, os respectivos números, espécies e classes das ações, quantidade e o valor integralizado do exercício corrente e anterior estão demonstrados no quadro a seguir:

Sócios/Acionistas	Posição em 31/12/2022					31/12/2021		
	Ações Ordinárias		Total de ações		Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado
	Qtde	%	Qtde	%	Qtde	R\$	Qtde	R\$
Prefeitura da Cidade do RJ	5.000	100	5.000	100	5.000	9.543.675,72	5.000	9.543.675,72
<b>Total</b>	<b>5.000</b>	<b>100</b>	<b>5.000</b>	<b>100</b>	<b>5.000</b>	<b>9.543.675,72</b>	<b>5.000</b>	<b>9.543.675,72</b>

O detalhamento do Resultado do Exercício e Acumulado está apresentado no quadro a seguir:

Detalhamento	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
Resultado do Exercício	(14.339.164,41)	(3.913.942,14)
Resultado de Exercícios Anteriores	(11.846.019,97)	(7.641.426,26)
Ajustes de Exercícios Anteriores	35.949,20	(290.651,57)
<b>Total</b>	<b>(26.149.235,18)</b>	<b>(11.846.019,97)</b>

↑  
LPP



O Resultado do Exercício foi, fortemente, impactado pelos fatores indicados a seguir:

- Despesas econômicas registradas no período.

Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores, tendo sido provocados por retificação de erros de registros feitos em exercícios anteriores, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2021	Detalhamento do Ajuste		Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2022
		Fato	R\$	
Ativo Circulante	19.595.000,48			-
				19.595.000,48
Ativo Não Circulante	11.991.636,98			
Passivo Circulante	(19.156.090,84)	Retificação de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais por ajustes nos saldos de exercício anterior.	36.306,13	
		Retificação de Juros de COFINS referente ao exercício anterior.	(356,93)	
				-
Passivo Não Circulante	(10.815.949)			(19.120.141,64)
		Efeito líquido	35.949,20	

#### 4.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias incluindo as aplicações financeiras de alta liquidez.

Integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa no exercício de 2022, os valores extra orçamentários, estão vinculados a finalidade específica, inclusive com a possível obrigação de devolução, como as cauções recebidas, no valor de R\$ 436.244,21.

Estão contemplados na linha "Outros Ingressos Operacionais" e "Outros Desembolsos Operacionais" as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

#### 4.6 – Demonstrações da Mutação do Patrim nio Líquido

O patrimônio líquido da entidade variou positivamente em 68,84%, resultado no valor de R\$ 45.341.908,18 ao final de 2022.

## 5. Outras Informações

### Contingências

São apresentadas no quadro a seguir as contingências não registradas em contas patrimoniais:

Detalhamento	31/12/2022 R\$
<b>Contingências Passivas</b>	
Riscos Trabalhistas	675.000,00
Riscos Fiscais	44.880.000,00
Riscos de Ações Cíveis	15.000,00
<b>Total</b>	<b>45.570.000,00</b>

### Conciliação do Superávit/ Déficit Financeiro

No quadro seguinte é apresentada a conciliação entre os valores evidenciados nos quadros do Balanço Patrimonial que servem de auxílio para apuração do superávit ou déficit financeiro do exercício.

Balanço Patrimonial - Conciliação	31/12/2022 R\$
Ativo Financeiro	154.651.939,03
Passivo Financeiro	155.963.876,24
<b>Superávit/Déficit Financeiro</b>	<b>- 1.311.937,21</b>
<b>Demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Bal. Patrimonial</b>	<b>-</b>
Pago orçament. em 2022, que será pago financeiramente em 2023	(4.536.155,75)
RPP inscrito, pago financeiramente em 2022, que será pago orçamento. em 2023	3.224.218,54
<b>Superávit/ Déficit Financeiro</b>	<b>- 1.311.937,21</b>

### Conciliação da Receita Bruta

Apresentada a seguir a conciliação a partir do resultado operacional evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício para chegar à receita tributária para finalidades fiscais em conformidade com o previsto na NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Detalhamento	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
--------------	-------------------	-------------------

→  
Lopes

Receita da Venda de Bens e Serviços	12.357.462,20	6.602.627,63
Subvenções PCRJ	118.453.337,80	91.722.169,23
Receita Financeira	679.114,34	114.482,64
Reversão de Provisões e Ajuste de perdas	-	399.246,55
Outras Receitas Operacionais	132.926,39	120.069,98
<b>Receita Total</b>	<b>131.622.840,73</b>	<b>98.958.596,03</b>
(-) Reversão de Provisões e Ajuste de perdas	-	(399.246,55)
<b>Receita Tributável</b>	<b>131.622.840,73</b>	<b>98.559.349,48</b>


## 6. Partes Relacionadas

Os relacionamentos com partes relacionadas realizadas pela IplanRio referem-se:

- o acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, na relação orçamentária, que corresponde a principal fonte de receitas para custeio das atividades;
- o acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelos contratos comerciais celebrados pela empresa com órgãos da Prefeitura que são subsidiadas com recursos do Tesouro para a manutenção dos serviços contratados;
- o acionista controlador, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, pelo pagamento de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre a Folha de Pagamento e dos impostos diretos, Imposto sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;
- com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A- Imprensa da Cidade, pelos serviços de publicações oficiais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro e por serviços gráficos de confecção de cartões de visita, entre outros;

## 7. Eventos subsequentes

Da data do fechamento do exercício até a data de elaboração destas demonstrações contábeis, o setor de contabilidade não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.

  
**Fernanda Barbosa do Espírito Santo**  
 Contadora/IplanRio  
 Matr: 69/623.283-8  
 CRC/RJ: 124344-0

  
**Cláudio Fonseca**  
 Diretor - Presidente  
 Mat. 66/623.187-1  
 IplanRio

  
**Luciene Ardente A. Rocha**  
 Dir. de Administração e Finanças  
 69/623.278-4  
 IPLANRIO